

HABEAS CORPUS Nº 515.333 - SC (2019/0167787-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MATHEUS GUILHERME BERTI (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MATHEUS GUILHERME BERTI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0007127-65.2019.8.24.0038).

Consta dos autos que o paciente, condenado à pena de 08 (oito) anos e 03 (três) meses de reclusão em regime inicial fechado por infração ao art. 157, § 2º, Incisos I e II c/c art. 70, *caput*, do Código Penal, teve deferido seu pedido de progressão ao regime semiaberto aos 6/9/2018, com cumprimento na Penitenciária Industrial de Joinville/SC (e-STF fl. 167).

Posteriormente, o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca concedeu ao paciente o direito à prisão domiciliar, haja vista que o paciente encontrava-se cumprindo pena em estabelecimento mais rigoroso do que seria adequado ao regime semiaberto (e-STJ fl. 3).

Em razão disso, o Ministério Público interpôs Agravo em Execução perante o Tribunal de Justiça pugnando pela reforma da decisão de concessão da prisão domiciliar, ao que foi dado provimento, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 161/162):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE. REGIME SEMIABERTO. AUTORIZAÇÃO PARA SAÍDA ANTECIPADA EM PRISÃO DOMICILIAR MEDIANTE

O MONITORAMENTO ELETRÔNICO. DECISÃO JUDICIAL FUNDADA EM POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO TEXTO DA SÚMULA VINCULANTE N. 56/STF. NÃO OCORRÊNCIA.

ESTABELECIMENTO PRISIONAL SIMILAR. POSIÇÃO REITERADA NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE EM CASOS SEMELHANTES. VIABILIDADE DO REEDUCANDO OBTER TODOS OS DIREITOS INERENTES AO REGIME INTERMEDIÁRIO NESSA UNIDADE. PADRONIZAÇÃO DA DECISÃO DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL QUE NÃO ATENDE AOS CRITÉRIOS FIXADOS NO RE 641.320/RS, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OFENSA, ADEMAIS, AO CARÁTER PROGRESSIVO DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. DECISÃO REFORMADA. RETORNO DO APENADO À PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE OU OUTRO ESTABELECIMENTO COMPATÍVEL QUE SE IMPÕE.

1. A edição da Súmula Vinculante n. 56 teve por objetivo evitar que o condenado cumprisse pena em regime mais gravoso do que o determinado na sentença ou do que o autorizado por lei, em razão da inexistência de vagas ou de condições específicas que o possibilitem (Rcl 24840 MC, rel. Ministro Roberto Barroso, j. em 10-8-2016).

2. A Penitenciária Industrial de Joinville, por sólido entendimento jurisprudencial, atende às exigências mínimas para manutenção de apenado em regime semiaberto, caracterizando-se como estabelecimento similar aos olhos do decidido pelo Supremo Tribunal Federal, de tal sorte que não se mostra viável, por esse fundamento, deferir-se saída antecipada em prisão domiciliar para reeducando no regime intermediário, sobretudo porque trata-se de medida excepcional que deve observar rigorosamente os critérios elencados na decisão paradigma (RE n. 641.320/RS, rel. Ministro Gilmar Mendes).

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Ressalta ainda a 3ª Câmara Criminal do Tribunal, em seu acórdão, que a prisão domiciliar é medida excepcional, admitida em último caso para condenados em regime aberto, sendo vedado ao apenado saltar diretamente ao regime domiciliar, sem o preenchimento dos requisitos do art. 117 da Lei de Execuções Penais, sob pena de se afrontar o sistema escalonado de progressão da pena, prestigiado em Súmulas desta Corte Superior (e-STJ fls. 172/173).

Nesta impetração, a Defensoria Pública, por sua vez, argumenta que, na falta de estabelecimento adequado para o cumprimento da pena em regime semiaberto – colônia agrícola, industrial ou estabelecimento simular, nos termos do art 33, § 1º, *b*, do Código Penal, e do art. 91 da LEP –, "é vedado ao Estado transferir ao apenado a responsabilidade por sua inoperância, mantendo-o em local incompatível com os rigores do respectivo regime de pena", sendo uma questão elementar de justiça, de legalidade e de função ressocializadora da pena pelo sistema progressivo (e-STJ fl. 7).

Salienta que o juízo de primeiro grau, que é o órgão jurisdicional mais próximo dos fatos – pois lida diariamente com a execução penal de Joinville e faz visitas periódicas ao estabelecimento prisional –, reconheceu a inadequação do Presídio Regional e da Penitenciária Industrial para o cumprimento da pena em regime semiaberto, autorizando ao paciente a saída antecipada em prisão domiciliar. Isso porque não basta ao apenado estar em uma cela separada e com saída temporária, devendo haver também trabalho comum durante o dia, em um ambiente sem clausura e sem horário de "pátio" pré-determinado, conforme a lei penal (e-STJ fl. 11).

Nesse ínterim, evidenciado o constrangimento ilegal, requer, liminarmente, a concessão da ordem de *habeas corpus* " para colocar o paciente em regime aberto ou, na sua falta, mantê-lo em regime domiciliar, até que surja vaga em estabelecimento adequado ao regime semiaberto ou até o julgamento definitivo do *writ*"; e, no mérito, a declaração da ilegalidade do acórdão para o fim de restabelecer a decisão de primeiro grau (e-STJ fl. 12).

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta

ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos subjetivos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator